


UnICEUB
ISSN 2237-1036

REVISTA DE DIREITO INTERNACIONAL BRAZILIAN JOURNAL OF INTERNATIONAL LAW

**Crônicas do direito internacional
dos investimentos**

Nitish Monebhurrn (org.)

VOLUME 12 • N. 1 • 2015
DIREITO DO MAR E DIREITO MARÍTIMO:
ASPECTOS INTERNACIONAIS E NACIONAIS

Sumário

I. CRÔNICAS

CRÔNICAS DA ATUALIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL	2
Nitish Monebhurrun (org.)	
Towards a european regulation of the importation of conflict minerals?.....	2
Nitish Monebhurrun	
Keeping up with the terrorists: the EU's proposed Passenger Name Records (PNR) Directive & european security	4
Eshan Dauhoo	
A histórica reaproximação de Cuba e EUA.....	7
Erika Braga	
A contextualização da atual reivindicação da Grécia para receber indenizações por atos da Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial	10
Natália da Silva Gonçalves	
José Eduardo Paiva Miranda de Siqueira	
CRÔNICAS DA JURISPRUDÊNCIA DO DIREITO INTERNACIONAL (CIJ/ITLOS): DECISÕES DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA E DO TRIBUNAL INTERNACIONAL SOBRE O DIREITO DO MAR .14	
Nitish Monebhurrun (Org.)	
Corte Internacional de Justiça	
Estudo da decisão da Corte Internacional de Justiça no caso Croácia v. Servia (03/02/2015)	14
Liziane Paixão Silva Oliveira e Maria Edelvacy Marinho	
Questões relacionadas com a apreensão e detenção de certos documentos e dados: (Timor Leste c. Austrália) - O reconhecimento do retorno de uma relação amigável entre Timor-Leste e Austrália e a nova decisão da CIJ, 6 de maio de 2015	20
Gleisse Ribeiro Alves	
Tribunal Internacional sobre Direito do Mar	
Caso da delimitação da fronteira marítima entre o Gana e a Costa do Marfim no Oceano Atlântico: medidas cautelares (25/04/2015)	22
Nitish Monebhurrun	
Comentário à Opinião Consultiva 21 do Tribunal Internacional para o Direito Do Mar [02/04/2015] (Responsabilidade do Estado de Bandeira pela pesca ilícita, não declarada ou não regulamentada)	25
Carina Costa de Oliveira	

CRÔNICAS DO DIREITO INTERNACIONAL DOS INVESTIMENTOS	33
--	-----------

Nitish Monebhurrin (Org.)

A inclusão da responsabilidade social das empresas nos novos Acordos de Cooperação e de Facilitação dos Investimentos do Brasil: uma revolução	33
---	-----------

Nitish Monebhurrin

II. O DIREITO DO MAR PERANTE AS JURISDIÇÕES INTERNACIONAIS

COASTAL STATES' RIGHTS IN THE MARITIME AREAS UNDER UNCLOS	40
--	-----------

Tullio Treves

TACKLING ILLEGAL, UNREGULATED AND UNREPORTED FISHING: THE ITLOS ADVISORY OPINION ON FLAG STATE RESPONSIBILITY FOR IUU FISHING AND THE PRINCIPLE OF DUE DILIGENCE ...	50
---	-----------

Victor Alencar Mayer Feitosa Ventura

REFLEXÕES PROVENIENTES DO DISSENSO: UMA ANÁLISE CRÍTICA A RESPEITO DO CASO AUSTRÁLIA VERSUS JAPÃO PERANTE A CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA	68
---	-----------

Luciana Fernandes Coelho

OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITO DO MAR E SEUS EFEITOS SOBRE TERCEIROS ESTADOS	86
---	-----------

Tiago V. Zanella

III. INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA A GESTÃO DO MAR

OS LIMITES DOS TERMOS BEM PÚBLICO MUNDIAL, PATRIMÔNIO COMUM DA HUMANIDADE E BENS COMUNS PARA DELIMITAR AS OBRIGAÇÕES DE PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS MARINHOS	109
--	------------

Carina Costa de Oliveira e Sandrine Maljean-Dubois

OS LIMITES DO PLANEJAMENTO DA OCUPAÇÃO SUSTENTÁVEL DA ZONA COSTEIRA BRASILEIRA ...	126
---	------------

Carina Costa de Oliveira e Luciana Coelho

CORRENDO PARA O MAR NO ANTROPOCENO: A COMPLEXIDADE DA GOVERNANÇA DOS OCEANOS E A ESTRATÉGIA BRASILEIRA DE GESTÃO DOS RECURSOS MARINHOS	150
---	------------

Ana Flávia Barros-Platiau, Jorge Gomes do Cravo Barros, Pierre Mazzega e Liziane Paixão Silva Oliveira

A COMISSÃO DE LIMITES DA PLATAFORMA CONTINENTAL (CLPC) E OS DESAFIOS NA DELINEAÇÃO DAS PLATAFORMAS CONTINENTAIS ESTENDIDAS.....	170
--	------------

Alexandre Pereira da Silva

IV. A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE MARINHO

O GRANDE JOGO DO ÁRTICO: REFLEXÕES COM BASE NA PERSPECTIVA DE EXPLORAÇÃO ECONÔMICA À TUTELA AMBIENTAL	186
--	------------

Fernando Rei e Valeria Cristina Farias

INSTRUMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS PARA A REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL CAUSADO POR DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO MAR SEM ORIGEM DEFINIDA: AS MANCHAS ÓRFÃS.....	201
---	------------

Renata Brockelt Giacomitti e Katya R. Isaguirre-Torres

O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E A RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL POR DANOS AMBIENTAIS CAUSADOS POR TRANSPORTES MARÍTIMOS À LUZ DO DIREITO BRASILEIRO	217
--	------------

Inez Lopes

A NECESSIDADE DE REPENSAR OS MECANISMOS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL EM CASO DE RISCOS DE VAZAMENTO DE PETRÓLEO NA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA DO BRASIL	241
---	------------

Marcelo D. Varela

V. PROBLEMÁTICAS DO DIREITO MARÍTIMO

A FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DAS EMBARCAÇÕES EM ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS: NOTAS ACERCA DA (IN)EFETIVIDADE DA SÚMULA 50 DA AGU.....	251
---	------------

Joedson de Souza Delgado e Ana Paula Henriques da Silva

A IMO E A REPRESSÃO AO ROUBO ARMADO CONTRA NAVIOS: DA RETÓRICA INTERNACIONAL À COOPERAÇÃO REGIONAL	265
---	------------

André Panno Beirão e Charles Pacheco Piñon

VI. O DIREITO DO MAR DIANTE DA PIRATARIA

O DIREITO INTERNACIONAL EM FACE DA PIRATARIA EM ALTO-MAR: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA.	289
---	------------

Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth e Rafaela Correa

PIRATARIA MARÍTIMA: A EXPERIÊNCIA SOMÁLIA	302
--	------------

Eduardo Augusto S. da C. Schneider

VII. TEMAS GERAIS

DRAWING THE LINE: ADDRESSING ALLEGATIONS OF UNCLEAN HANDS IN INVESTMENT ARBITRATION	322
--	------------

Mariano de Alba

PARA QUE SERVE A HISTÓRIA DO DIREITO INTERNACIONAL?	339
--	------------

George Rodrigo Bandeira Galindo

AS INTERFERÊNCIAS ENTRE A POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA COMUM EUROPEIA (PESC) E O DIREITO DAS NAÇÕES UNIDAS	356
--	------------

Leonardo de Camargo Subtil

INTRODUÇÃO ÀS REGRAS DE APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO DA ONU SOBRE CONTRATOS DE COMPRA E VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS E O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRO	380
--	------------

Paul Hugo Weberbauer e Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro Barza

A REGULAÇÃO DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS ENTRE AS ORDENS JURÍDICAS ESTATAIS E NÃO ESTATAIS	396
--	------------

Mateus de Oliveira Fornasier e Luciano Vaz Ferreira

OUTLAWING HATE SPEECH IN DEMOCRATIC STATES: THE CASE AGAINST THE INHERENT LIMITATIONS DOCTRINE CONCERNING ARTICLE 10 (1) OF THE EUROPEAN CONVENTION ON HUMAN RIGHTS	416
--	------------

Stefan Kirchner

Crônicas do direito internacional dos investimentos*

Nitish Monebhurrin (Org.)

A INCLUSÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS NOS NOVOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO E DE FACILITAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO BRASIL: UMA REVOLUÇÃO

Nitish Monebhurrin*

O Direito Internacional dos Investimentos sempre foi criticado — e a crítica persiste — pela inexistência de obrigações impostas aos investidores. Tradicionalmente, na maioria dos acordos relativos à proteção dos investimentos, a única obrigação que incumbe aos investidores consiste no respeito do direito nacional do país anfitrião. Ao estabelecer-se, o investidor deve assegurar-se que a sua atividade esteja em conformidade com o direito interno. Entrementes, a distribuição dos direitos e das obrigações entre Estado e investidor nos acordos sempre foi voluntariamente desequilibrado. Voluntariamente, porque os Estados decidiram que assim funcionaria o sistema de proteção dos investimentos e engajaram-se a respeitar o direito de proteção máxima aos investidores. Essa é a razão pela qual os Estados têm especialmente obrigações e os investidores fruíam principalmente de direitos no Direito Internacional dos Investimentos. Segue, na realidade, a mesma lógica dos Direitos Humanos: nos sistemas internacionais de proteção dos Direitos Humanos os Estados comprometeram-se a oferecer proteção máxima aos seres humanos e têm, portanto, apenas obrigações em relação a estes, sem esperar qualquer contrapartida (direta).

Se esse desequilíbrio é aceito nos Direitos Humanos, sofre de mais críticas no Direito Internacional dos Investimentos, pois considera-se que muitas grandes empresas não merecem proteção tão alta por ser, às vezes, mais poderosas que os próprios Estados anfitriões. Tem-se essa ideia de que o direito protege a parte frágil, o que não é característica de muitos investidores. Entretanto, essa afirmação pode ser sujeita a nuances: os investidores não são necessariamente protegidos como partes frágeis, visto que os acordos de proteção dos investimentos buscam apenas oferecer-lhes segurança jurídica em território alheio independentemente das relações de poder. É verdade que a garantia dessa proteção não justifica a ausência de obrigações da parte das empresas investidoras. Essa discussão sobre os méritos das obrigações dos investidores no Direito Internacional dos Investidores teve, contudo, um aspecto muito escolar, limitando-se às críticas — justificadas e juridicamente válidas — da sociedade civil, em especial do mundo universitário ou das organizações não governamentais.

Um passo importante, inovador e revolucionário foi recentemente feito pelo Brasil na proposta do seu modelo de Acordo sobre a Cooperação e Facilitação dos Investimentos (ACFI). Nos recentes acordos assinados com

* Doutor em Direito Internacional (Escola de Direito de Sorbonne, Paris); Professor de Direito (Centro Universitário de Brasília); Professor Visitante (Mestrado em Direito Internacional da Universidade Sabana, Bogotá). E-mail: nitish.monebhurrin@gmail.com

Angola, o Moçambique e o México¹, foi prevista uma disposição sobre a responsabilidade social corporativa — o que pode ser considerado como uma *première* no âmbito do Direito Internacional. Sem preocupar-se muito com o debate, agora muito teórico, atinente à capacidade jurídica das empresas privadas para ser destinatárias de obrigações no Direito Internacional, o Brasil, com os outros países signatários impuseram-lhes uma responsabilidade social. O Estado brasileiro, que sempre mostrou grande ceticismo em relação ao Direito Internacional dos Investimento², assina, com esses acordos, a sua entrada nesse universo jurídico, e o faz com laudável arrojo ao conferir — tão esperadas — obrigações aos investidores, pelo princípio da responsabilidade social das empresas.

Essa responsabilidade, prevista pelos três acordos³,

1 O ACFI Brasil-Angola foi assinado em 01/04/2015 em Luanda. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-Angola de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)*, Luanda, 1º de abril de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8520:acordo-brasil-angola-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-luanda-1-de-abril-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015; o ACFI Brasil-Moçambique foi assinado em 21.03.2015 em Maputo. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-Moçambique de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)*, Maputo, 30 de março de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8511:acordo-brasil-mocambique-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-maputo-30-de-marco-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015; o ACFI Brasil-México foi assinado em 26.05.2015 na Cidade de México. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-México de Cooperação e Facilitação de Investimentos*. Cidade do México, 26 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9890:acordo-brasil-mexico-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-cidade-do-mexico-26-de-maio-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015.

2 MONEBHURRUN, Nitish. Reflexão sobre os (futuros) acordos brasileiros relativos à proteção dos investimentos: os acordos de cooperação e de facilitação de investimentos. In: _____ (Org.). *Crônicas do direito internacional dos investimentos: 2014. Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 65-72, 2015.

3 Artigo 10 dos ACFI Brasil-Angola e Brasil-Moçambique, BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-Moçambique de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)*. Maputo, 30 de março de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8511:acordo-brasil-mocambique-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-maputo-30-de-marco-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015; artigo 13 do ACFI Brasil-México, BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-México de Cooperação e Facilitação de Investimentos*. Cidade do México, 26 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9890:acordo-brasil-mexico-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimen

apresenta-se como autorregulação voluntária das empresas privadas no respeito da regulamentação e da política local do país anfitrião⁴. Tradicionalmente partes do *soft law*, as normas da responsabilidade social corporativa tornam-se mais vinculantes pelos ACFI.

Dessarte, pelos acordos brasileiros, os investidores comprometem-se para atuar em favor dos objetivos nacionais de desenvolvimento sustentável (1), o que se conjuga com os seus compromissos para fomentar a aceitabilidade social das suas atividades (2).

1. OS COMPROMISSOS DOS INVESTIDORES PARA ATUAR EM FAVOR DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NACIONAIS

Se alguns desses compromissos apresentam-se de forma substancialmente clássicos, mas formalmente inovadores (1.1), outros são criticáveis pela incoerência jurídica neles inerentes (1.2).

1.1. Compromissos substancialmente clássicos, mas formalmente inovadores

Atrair a sua produção econômica ao objetivo do desenvolvimento sustentável implica respeitar o que o país anfitrião entende por desenvolvimento sustentável. Isso expressa-se nas políticas nacionais relevantes e formaliza-se, normalmente, no direito interno. Juridicamente, atuar no sentido do desenvolvimento sustentável significa organizar a sua atividade econômica no respeito do direito econômico, dos direitos sociais e do direito ambiental.

No acordo entre o Brasil e o México, os compromissos para obrar na construção desse objetivo são detalhados no artigo 13; nos acordos entre o Brasil e Angola e, entre o Brasil e o Moçambique, o princípio da responsabilidade social corporativa é afirmado no artigo 10, e as modalidades da sua aplicação aparecem em um anexo II. Os preâmbulos dos três acordos salientam a necessária contribuição dos investimentos internacionais para alcançar o objetivo do desenvolvimento sustentável.

tos-cidade-do-mexico-26-de-maio-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015.

4 Ver: UNEP. *Corporate social responsibility and regional trade and investment agreements*. Ottawa:United Nations Environmental Program, 2011. p. 13.

Os acordos apontam a relação estrita que existe entre investimentos e meio ambiente, e preveem que os investidores devem assegurar-se do respeito do meio ambiente durante o exercício da sua atividade⁵. O acordo entre o Brasil e Angola é, nesse seguimento, mais revelador por frisar que além de respeitar o direito ambiental nacional, os investidores devem utilizar tecnologia própria para a preservação do meio ambiente⁶. Com isso, o pilar econômico do desenvolvimento sustentável, inerente à própria atividade do investimento, coaduna-se ao pilar ambiental e ambos juntam-se ao componente social, também fortemente presente nos ACFI.

Os acordos estatuem que os investidores devem respeitar os Direitos Humanos de forma geral e dos trabalhadores em especial, não podendo estes aceitar em qualquer isenção atinente à regulação da saúde, das normas de segurança, do meio ambiente ou do Direito do Trabalho que não seja em conformidade com a legislação nacional⁷. Contribuir ao desenvolvimento susten-

tável local, outrossim, significa promover e consolidar os recursos humanos, oferecendo, para tanto, formação adequada aos trabalhadores para que possam adaptar-se ao mercado diversificado decorrente dos próprios investimentos internacionais⁸. E, nessa mesma toada, os acordos dispõem que não pode sofrer de qualquer forma de discriminação ou de medida disciplinar o trabalhador que denuncia as práticas socialmente irresponsáveis da empresa na qual atua ou do governo local, que como cúmplice opera⁹. É sabido a relação embutida e,

5 Anexo II (I) e (v) do ACFI Brasil-Angola, BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-Angola de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)*. Luanda, 1º de abril de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8520:acordo-brasil-angola-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-luanda-1-de-abril-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015; Anexo II (I) do ACFI Brasil-Moçambique, BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-Moçambique de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)*. Maputo, 30 de março de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8511:acordo-brasil-mocambique-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-maputo-30-de-marco-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015; artigo 13(2) (a) do ACFI Brasil-México, BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-México de Cooperação e Facilitação de Investimentos*. Cidade do México, 26 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9890:acordo-brasil-mexico-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-cidade-do-mexico-26-de-maio-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015.

6 Anexo II (I) e (v) do ACFI Brasil-Angola. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-Angola de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)*. Luanda, 1º de abril de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8520:acordo-brasil-angola-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-luanda-1-de-abril-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015.

7 Artigo 13 do ACFI Brasil-México, BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-México de Cooperação e Facilitação de Investimentos*. Cidade do México, 26 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9890:acordo-brasil-mexico-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-cidade-do-mexico-26-de-maio-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso

em: 16 jul. 2015; anexo II (v) do ACFI Brasil-Moçambique, BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-Moçambique de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)*. Maputo, 30 de março de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8511:acordo-brasil-mocambique-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-maputo-30-de-marco-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015; anexo II (vi) do ACFI Brasil-Angola, BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-Angola de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)*. Luanda, 1º de abril de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8520:acordo-brasil-angola-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-luanda-1-de-abril-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015.

8 Anexo II (iv) dos ACFI Brasil-Angola e Brasil-Moçambique, BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-Angola de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)*. Luanda, 1º de abril de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8520:acordo-brasil-angola-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-luanda-1-de-abril-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015. e BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-Moçambique de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)*. Maputo, 30 de março de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8511:acordo-brasil-mocambique-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-maputo-30-de-marco-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015; artigo 13 (2) (d) do ACFI Brasil-México, BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-México de Cooperação e Facilitação de Investimentos*. Cidade do México, 26 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9890:acordo-brasil-mexico-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-cidade-do-mexico-26-de-maio-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015.

9 Anexo II (ix) do ACFI Brasil-Moçambique, BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-Moçambique de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)*. Maputo, 30 de março de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8511:acordo-brasil-mocambique-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-maputo-30-de-marco-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015, BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-Angola de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)*. Luanda, 1º de abril de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8520:acordo-brasil-angola-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-luanda-1-de-abril-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>.

por vezes conturbada, que existe entre investimentos internacionais e Direito do Trabalho. A título de exemplo, pode ser mencionada a ação civil pública ajuizada pela Procuradoria do Trabalho do Município do Araraquara contra a empresa Odebrecht, presumidamente envolvida em caso relativo a trabalho escravo e tráfico humano em Angola¹⁰. Prever uma fiscalização trabalhista no acordo com Angola é, destarte, relevante. Os ACFI insistem para que os investimentos não sejam feitos em detrimento do Direito Trabalhista.

Entrementes, se a responsabilidade social é bem-vinda nos ACFI — aos quais confere grande originalidade —, alguns dos compromissos são juridicamente criticáveis.

1.2. Compromissos criticáveis pela incoerência jurídica

Os compromissos previstos em matéria de responsabilidade social corporativa são voluntários — mesmo enraizados em acordos vinculantes. Isso significa que os investidores não têm obrigação de ser socialmente responsável, mas que se espera deles desempenho voluntário nesse sentido. Nada obstante, será visto *infra* como é possível tornar a responsabilidade social juridicamente vinculante.

Ora, os compromissos revelados pelos ACFI abrem-se à crítica. Dispõem, por exemplo, que os investidores se esforçarão para respeitar os Direitos Humanos¹¹, para

não buscar ou aceitar isenções ilegais¹², ou para que as suas atividades estejam em conformidade com a legislação nacional sobre as questões de saúde, do meio ambiente, da segurança ou do Direito Trabalhista¹³. Eis a grande incoerência, pois os ACFI afirmam que o devido respeito ao direito interno dos países anfitriões — o que constitui um princípio que não conhece exceções — é apenas um compromisso voluntário quando se trata dos investidores internacionais. Respeitar o direito nacional consiste em uma opção, uma possibilidade: assim é a mensagem a eles enviada. Juridicamente, essas disposições são simplesmente inadmissíveis, e poderiam até certo ponto ser consideradas inconstitucionais, o que seria óbice — justificado — à ratificação dos acordos. Essa margem de manobra perigosa oferta aos investidores abre o caminho para a sua eventual impunidade futura.

A inclusão da responsabilidade social corporativa nos ACFI é louvável; manter o seu valor jurídico em uma zona cinza convence menos. Na realidade, esperar dos investidores um “*alto grau de práticas socialmente responsáveis*”¹⁴, significa também esperar práticas e medidas mais rigoro-

Acesso em: 16 jul. 2015; anexo II (x) do ACFI Brasil-Angola; artigo 13 (2) (i) do ACFI Brasil-México, BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-México de Cooperação e Facilitação de Investimentos*. Cidade do México, 26 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9890:acordo-brasil-mexico-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-cidade-do-mexico-26-de-maio-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015.

10 SÃO PAULO. Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 15. Região, Procuradoria do Trabalho no Município de Araraquara. Ação Civil Pública. *Processo nº 0010230-31.2014.5.15.00749*. Araraquara, 13 de junho de 2014. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/mpt-acusa-odebrecht-suposta-exploracao.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2015. see also: FELLETT, João. *Brazil's biggest builder accused of using 'slave labour'*. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-latin-america-27907132>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

11 Anexo II (ii) dos ACFI Brasil-Angola e Brasil-Moçambique, BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-Moçambique de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)*. Maputo, 30 de março de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8511:acordo-brasil-mocambique-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investi

mentos-acfi-maputo-30-de-marco-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015; artigo 13 (2) (b) do ACFI Brasil-México, BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-México de Cooperação e Facilitação de Investimentos*. Cidade do México, 26 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9890:acordo-brasil-mexico-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-cidade-do-mexico-26-de-maio-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015.

12 Por exemplo: artigo 13 (2) (e) do ACFI Brasil-México. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-México de Cooperação e Facilitação de Investimentos*. Cidade do México, 26 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9890:acordo-brasil-mexico-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-cidade-do-mexico-26-de-maio-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015.

13 Anexo II (v) do ACFI Brasil-Angola. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-Angola de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)*. Luanda, 1º de abril de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8520:acordo-brasil-angola-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-luanda-1-de-abril-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015.

14 Ver por exemplo: artigo 13 (1) do ACFI Brasil-México. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-México de Cooperação e Facilitação de Investimentos*, Cidade do México, 26 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9890:acordo-brasil-mexico-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-cidade-do-mexico-26-de-maio-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015.

sos que o próprio direito interno dos países anfitriões. Se estes não tiverem um direito nacional consolidado em alguns âmbitos — Direito Trabalhista, Direitos Humanos, Direito Ambiental —, não quer dizer que os investidores devem contentar-se do estrito mínimo disponível. Um comportamento socialmente responsável indica que o investidor deve manter o mesmo altíssimo nível de diligência independentemente do país onde se estabelece; um investidor brasileiro em Angola ou no Moçambique deve, portanto, comportar-se como se comportaria no Brasil, mesmo que os direitos angolanos ou moçambicano sejam mais flexíveis, mais lacunários ou menos rigorosos sobre alguns assuntos. É pelo menos isso que se entende, na prática, por responsabilidade social corporativa. É um nivelamento por cima, e não por baixo.

É também possível criticar a ausência de disposições sobre a corrupção. A corrupção constitui elemento fundamental da responsabilidade social corporativa¹⁵ e essa problemática é atinente à atuação de algumas empresas brasileira em alguns países africanos¹⁶. Essa omissão é, portanto, inesperada. Nessa perspectiva, parece que essa lacuna pode ser juridicamente superada pela interpretação dos ACFI, notadamente, do ponto (xi) do Anexo II do ACFI Brasil-Moçambique, do ponto (xii) do Anexo II do ACFI Brasil-Angola e do artigo 13 (2) (k) do Acordo Brasil-México. São disposições que indicam o respeito pelos investidores da política interna e local dos países anfitriões; implica a não interferência nesse âmbito. Poderiam atuar como cláusulas guarda-chuva para abarcar casos relacionados à corrupção. Uma forma alternativa seria contar com o incentivo à aceitabilidade social dos investimentos previsto nos ACFI.

2. Os COMPROMISSOS DOS INVESTIDORES PARA FOMENTAR A ACEITABILIDADE SOCIAL DAS SUAS

15 STIGLITZ, Joseph E. Regulating multinational corporations: towards principles of cross-border legal frameworks in a globalized world balancing rights with responsibilities. *American University International Law Review*, v. 23, n. 3, p. 451-558, 2007. p. 477; HESS, David. Enhancing the effectiveness of the foreign corrupt practices act through corporate social responsibility. *Ohio State Law Journal*, v. 73, n. 5, p. 1122-1144, 2012.

16 Ver por exemplo: MUGGAH, Robert. What is Brazil really doing in Africa. Abr. 2015. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/robert-muggah/what-is-brazil-really-doi_b_6413568.html>. Acesso em: 16 jul. 2015.

ATIVIDADES

A aceitabilidade social é uma doutrina que examina como uma determinada atividade econômica pode ser compatível com as expectativas da população local¹⁷. Essa doutrina é implicitamente expressada pelos ACFI. Estes estatuem que a busca da boa governança corporativa implica a elaboração e a implementação de práticas eficientes de autorregulação e de gestão cujos objetivos e efeitos sejam o desenvolvimento de uma confiança recíproca com a população local¹⁸. As atividades a serem desenvolvidas devem, deveras, ser benéficas para o progresso social e ambiental e não apenas para a economia; os preâmbulos são, sobre esse ponto, esclarecedores.

Portanto, os investimentos devem tornar-se socialmente aceitáveis; devem, consequentemente, respeitar a cultura local. Não pode ser negado que, nesse sentido, a ausência de interferência na política local revela uma transparência — em termos de corrupção — que facilita a aceitação da atividade pela sociedade. Cabe ao investidor forjar um ambiente de confiança e destilá-lo na sociedade receptora para mostrar que tudo está sendo feito em conformidade com a legislação e as regulações nacionais: é o marco da “ficha limpa” dos investidores.

Essa preocupação relativa à responsabilidade social corporativa não se limita apenas à direção das empre-

17 GENDRON, Corinne. Penser l'acceptabilité sociale: au-delà de l'intérêt, les valeurs. *Revue internationale Communication sociale et publique*, n. 11, p. 117-129, 2014.

18 Anexo II (vii) do ACFI Brasil-Moçambique, BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-Moçambique de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)*. Maputo, 30 de março de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8511:acordo-brasil-mocambique-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-maputo-30-de-marco-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015; anexo II (viii) do ACFI Brasil-Angola, BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-Angola de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)*. Luanda, 1º de abril de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8520:acordo-brasil-angola-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-luanda-1-de-abril-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015; artigo 13 (2) (g) do ACFI Brasil-México, BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-México de Cooperação e Facilitação de Investimentos*. Cidade do México, 26 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9890:acordo-brasil-mexico-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-cidade-do-mexico-26-de-maio-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015.

sas no entendimento dos ACFI: deve também englobar todas as camadas da empresa. Sendo assim, os acordos preveem que os trabalhadores devem ser informados das medidas empresariais sobre a responsabilidade social, inclusive com programas de formação profissional¹⁹. Outrossim, o que é interno à empresa é válido no que tange à sua atividade externa: dessarte, a empresa deve incitar todas as suas subsidiárias para adotar as mesmas políticas de boa governança. Em outras palavras, a empresa matriz deve exercer um dever de diligência — due diligence — na sua esfera de influência para incitar um condutor uniforme na toda cadeia de produção.

19 Anexo II (ix) do ACFI Brasil-Angola, BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-Angola de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)*. Luanda, 1º de abril de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8520:acordo-brasil-angola-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-luanda-1-de-abril-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015; anexo II (viii) do ACFI Brasil-Moçambique, BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-Moçambique de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)*. Maputo, 30 de março de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8511:acordo-brasil-mocambique-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-maputo-30-de-marco-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015; artigo 13 (2) (h) do ACFI Brasil-México, BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Brasil-México de Cooperação e Facilitação de Investimentos*. Cidade do México, 26 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9890:acordo-brasil-mexico-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-cidade-do-mexico-26-de-maio-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 jul. 2015.

Como esses compromissos são, em princípio, voluntários o seu valor jurídico pode destarte ser questionado, pois depende da discrição das empresas. Contudo, o comportamento socialmente responsável dos investidores tem um papel fundamental em termos de gestão de disputas e de análise da responsabilidade dos Estados em futuras disputas. As demandas dos investidores serão examinadas — e aceitas — considerando o seu desempenho para atuar como empresas socialmente responsável. Um investidor cujas atividades fogem da doutrina da aceitabilidade social e da responsabilidade não seria na melhor posição para que o seu requerimento seja admitido, pois não estaria atuando com clean hands — princípio comumente utilizado nesses casos no Direito Internacional. Não poderá ele beneficiar da sua própria torpeza. As disposições dos ACFI sobre a responsabilidade social corporativa servem, dessa maneira, para interpretar os princípios sobre a proteção aos investidores: a responsabilidade social será útil para medir a devida proteção aos investidores nos casos futuros.

Lamentavelmente, os acordos não preveem um dever de reporting. Ou seja, as empresas não têm o compromisso de relatar o seu desempenho relativo à sua responsabilidade social. Eventualmente, essa fiscalização pode incumbir ao Comitê Conjunto estabelecido pelos ACFI: poderia ser interpretado como uma das suas competências implícitas.

Para publicar na Revista de Direito Internacional, acesse o endereço eletrônico
www.rdi.uniceub.br ou www.brazilianjournal.org.
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.